

Desafios para a História Indígena no Ensino Médio: Análise crítica de Livros Didáticos à partir da lei 11.645/2008

Anna Júlia Campidele Fernandino (anna.fernandino@ufv.br); Gabriel Garcia Cardoso (gabriel.g.cardoso@ufv.br); Gabriel Patrick Santos Paula (gabriel.patrick@ufv.br)

Departamento de História - Universidade Federal de Viçosa

Ensino | Ciências Humanas e Sociais | ODS 4- Educação de qualidade

Introdução

Este trabalho surge das experiências do Pibid. Desenvolvido a partir de uma análise da temática indígena presente nos livros didáticos de história no acervo do colégio Cap-Coluni. A partir de nossas observações constatamos inúmeras lacunas nos materiais analisados no que tange ao ensino de história indígena. Essa realidade vai de encontro com a lei nº 11.645/2008 que determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena nas escolas. Diante dessa problemática, verifica-se a necessidade de se pensar o livro didático criticamente, assim como propor estratégias didático-metodológicas para o alcance de uma educação democrática e multi-étnica.

Objetivos

Nossa projeto buscou traçar um panorama acerca dos livros didáticos e como a temática indígena é retratada pelos diversos materiais analisados ao longo de 12 anos. Partimos de uma concepção crítica dos materiais didáticos e do currículo, enxergando-os como instrumentos político-ideológico de propagação e afirmação de determinadas visões de mundo (APPLE; 1982). Nesse caso, as concepções hierárquicas de étnia, que relegam a história e a cultura dos povos nativos à lugares secundários, desassociando o papel dos indígenas como constituintes da identidade nacional. A partir dessa posição diante dos livros didáticos, bem como através das conclusões obtidas do exame das temáticas indígenas, pretendemos questionar a posição hegemônica do livro didático no ensino, para assim, ressaltar a necessidade da propagação de novas metodologias para o ensino de história indígena.

Metodologia

Nosso trabalho se pautou em uma análise quantitativa dos livros didáticos de História da 3ª série do Ensino Médio disponibilizados no acervo do Coluni. Utilizamos um recorte de 20 livros didáticos, de edições que vão dos anos 2005 à 2017, produzidas por 6 diferentes editoras; Saraiva, Fdt, Leya, Moderna, Escala e Scipioni. Esse recorte temporal, bem como a presença de publicações de diferentes anos de uma mesma editora, foi pensado para captar possíveis impactos da lei 11.645/2008 nos materiais analisados. Para a análise do conteúdo estabelecemos como critérios de análise: Em qual contexto e quantas vezes a temática indígena é apresentada; as características e o número de ilustrações que retratam os povos indígenas; quantas questões aparecem no material e sua natureza (conceitual, procedimental e atitudinal) e as referências bibliográficas utilizadas para tratar da história indígena.

Apoio Financeiro



Resultados

Diante do diagnóstico obtido do nosso recorte analítico, captamos uma maior presença da temática indígena nos livros didáticos, especialmente nas edições posteriores à 2013. Isso mostra como a inserção da lei 11.645 pode ter interferido diretamente nessa realidade. Entretanto, essa presença mais notável, não representou um avanço substancial dos materiais quanto à história indígena. O aumento do conteúdo quantitativo não conferiu uma renovação didático-metodológica na temática. No contexto do currículo da 3ª série do Ensino Médio, verificamos que o conteúdo permanece sendo tratado de maneira fragmentada, não demonstrando a diversidade étnica dos diversos povos originários. Persiste a ideia do “índio” romantizado e essencializado. O papel do indígena no Brasil republicano está diretamente ligado à tutelagem do estado, não reservando ao nativo o lugar de agente de sua própria história.

Conclusões

Frente aos resultados observados em nossa pesquisa, bem como ao contexto da história indígena no Brasil, percebemos como a lei 11.645/2008 foi incapaz de mudar o panorama da educação indígena nas escolas brasileiras de forma profunda. O livro didático, talvez a principal ferramenta de ensino utilizada para o ensino no país, não é consoante às determinações da lei, e reforça esteriótipos preconceituosos estabelecidos desde o período colonial. Essa realidade reforça a necessidade de conceber o livro didático como uma ferramenta política controlada por grupos dominantes. Nesse sentido, vemos a necessidade de efetivação da lei, seja através de uma inspeção rigorosa e sistemática dos materiais didáticos distribuídos no país, ou do incentivo à uma atualização didático-metodológica que dê aos professores a capacidade de tratar do tema indígena para além dos livros didáticos de forma que cumpra os preceitos educacionais da lei 11.645/2008 para que se possa ultrapassar a condição dos indígenas de “pacientes da história” (COELHO 2019).

Bibliografia

APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COELHO, Mauro Cezar. A história indígena no ensino de história: princípios, desafios e perspectivas. In: REIS, Tiago Siqueira et al. (org.). Coleção História do Tempo Presente: Volume I. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019. p. 150-165.